

**COMPETITIVIDADE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: O CASO DOS TRABALHADORES DOS SALÕES DE PROCESSAMENTO DAS INDÚSTRIAS PESQUEIRAS NO DISTRITO DE ICOARACI, MUNICÍPIO DE BELÉM, ESTADO DO PARÁ<sup>1</sup>**

Ana Laura dos Santos Sena<sup>2</sup>  
Edna Ramos de Castro<sup>3</sup>

**RESUMO**

As transformações no sistema de produção capitalista atingiram diretamente os trabalhadores com mudanças em seu processo de trabalho, pois as empresas precisam ter condições de competir e satisfazer as exigências do mercado em termos de introdução de novos produtos e melhora constante de seus padrões de qualidade. Este processo atinge em graus diferenciados as estruturas produtivas dos países e regiões, com formas variadas de adaptação das firmas às mudanças. Foi observado que as empresas que compõem o parque industrial pesqueiro do Distrito de Icoaraci também estão inseridas nesse contexto, sofrendo rebatimentos desse processo, especialmente por terem sua produção direcionada para o mercado externo, merecendo destaque a forma de utilização dos trabalhadores nas atividades de processamento de peixe e camarão como meio de diminuição de custos. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo mostrar algumas das características da mão-de-obra que desempenha atividades produtivas no processamento da produção das indústrias pesqueiras, a qual está sendo submetida a um processo intenso de precarização do trabalho.

**Palavras-chave:** Distrito de Icoaraci, mercado de trabalho pesca industrial, precarização do trabalho, trabalhadores do processamento.

**ABSTRACT**

**Competitiveness and work deterioration: The case of the workers from the processing sites of Icoaraci district fishery industry**

Transformation in the capitalist production system affected directly the workers, because the companies need conditions to compete and satisfy the demands of a market in terms of introduction of new products and constant improvement of their quality patterns. This process had an effect on productive structures of countries and regions in different degrees, with varied forms of adaptation to changes by the companies. It was observed that the companies that make up the fishery industry of the Icoaraci District are also in this context, experiencing the consequences of this process, especially because their products are addressed to the external market, with special attention to the way workers are used in the activities of

<sup>1</sup> Parte da tese de doutorado da autora "Trabalho e trabalhadores da pesca industrial no Pará face à metamorfose do capital".

<sup>2</sup> Professora do IESAM. E-mail: analaura@prof.iesam-pa.edu.br

<sup>3</sup> Professora do NAEA-UFPA. E-mail: edna@amazon.com.br

processing fish and shrimp as a way of cutting costs. Hence, this paper aims to show some characteristics of the labor that performs the productive activities in the production processing of the fishery industry, which has been subjected to an intense process of work deterioration.

**Key words:** Icoaraci District, fishery industry, work market, work deterioration, processing workers.

## INTRODUÇÃO

O processo de trabalho capitalista, que é constituído pela atividade produtiva do trabalho em si e pelos meios de produção utilizados pelos trabalhadores (MARX, 1989), tem sofrido mudanças constantes visando aumentar os ganhos de produtividade durante toda a trajetória de desenvolvimento do sistema. Atualmente, é observada também a necessidade de que o próprio conceito de trabalho seja repensado em meio às transformações que estão acontecendo.

No caso das firmas que compõem o parque industrial pesqueiro do Distrito de Icoaraci, as empresas processadoras desenvolvem estratégias diferentes para se manter no mercado e isto vai influenciar diretamente sobre os trabalhadores. O que se verificou em campo é que essa situação vem se refletindo em um aumento da precarização dos trabalhadores do processamento, que está ligada mais especificamente à diminuição de custos com a mão-de-obra.

Este trabalho está estruturado em cinco partes a contar da introdução, em que é apontado o impacto sobre a classe trabalhadora das mudanças organizacionais e tecnológicas adotadas pelas empresas e, de forma breve, a estruturação do parque industrial pesqueiro no Distrito de Icoaraci. Na segunda parte, é mostrada a metodologia usada para a realização da pesquisa de campo junto aos trabalhadores do processamento. A terceira parte está reservada aos resultados e discussão dos dados obtidos. Na quarta e quinta partes, são apresentadas, respectivamente, as conclusões e referências bibliográficas utilizadas.

## MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa junto às indústrias de processamento foi realizada tomando-se como universo todas as empresas processadoras que estavam funcionando regularmente no segundo semestre de 2001 no Distrito de Icoaraci. Em razão de o número de indústrias ser apenas oito (uma empresa foi criada no mês de dezembro de 2001, mas não foi pesquisada em razão de suas atividades ainda estarem muito incipientes e a firma não ter condições de fornecer as informações, por ainda estar se estruturando), foi estabelecido que o universo das oito empresas em funcionamento seria pesquisado. A pesquisa foi realizada no mês de dezembro de 2001 e se conseguiu entrevistar cinco empresas, o que significou 62,5% do universo existente.

O número de trabalhadores ocupados nas atividades de processamento fornecido pelas indústrias, serviu como universo para o cálculo da amostra. Este

número totalizou 353 trabalhadores, sendo definida uma amostra de 184 trabalhadores. A amostra foi estruturada da seguinte forma:

$$n = \frac{Z^2 \times p \times (1-p) \times N}{e^2 \times (N-1) + Z^2 \times p \times (1-p)}$$

onde n = tamanho amostral; Z = abscissa da curva normal padrão, fixado um nível de confiança; P = estimativa da verdadeira proporção de casos favoráveis ao evento; e = erro amostral e N = número de casos do evento. Foi estabelecido um erro amostral (e) de 5,0% e um nível de confiança (nc) de 95,0%.

Assim, tem-se n = 184 trabalhadores, como pode ser visto abaixo, para N = 353 trabalhadores:

$$n = \frac{(1,96)^2 \times 0,5 \times (1-0,5) \times 353}{0,05^2 \times (353-1) + 1,96^2 \times 0,5 \times (1-0,5)}$$

$$n = \frac{339,0212}{1,8404} = 184$$

Não foi possível estabelecer uma amostra aleatória para os trabalhadores do processamento, dada a recusa das indústrias em fornecer as listagens com o nome e endereço de seus funcionários. A escolha dos trabalhadores para serem entrevistados não foi estratificada por sexo, função desempenhada no processamento ou vínculo formal ou não com a indústria e ainda se trabalhava no processamento de camarão ou peixe. A única condição é que estivessem trabalhando regularmente na empresa.

As entrevistas com os trabalhadores foram realizadas no período de janeiro a maio de 2002, no interior de quatro indústrias processadoras, mediante a autorização de seus proprietários. Foram entrevistados trabalhadores que tinham carteira assinada, portanto, vínculo formal com a empresa, e trabalhadores cooperados, que trabalhavam informalmente nas indústrias processadoras. As informações obtidas estavam relacionadas às condições de trabalho dessas pessoas e quantificadas de maneira a permitir o conhecimento das principais variáveis que influenciavam no processo de precarização desse segmento de trabalhadores.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### O trabalhador frente às mudanças no trabalho

Os processos de trabalho sofrem mudanças em graus e intensidades diferentes, de acordo com as especificidades de cada país. Castro (1994) chama

a atenção para a análise da relação entre as novas tecnologias e formas de organização da produção e o processo de trabalho, uma vez que também nessa relação pode ser identificado o surgimento de “novas formas de exclusão do mercado de trabalho”.

Durante os anos de 1950 e 1980, segundo Dedecca (1998), o mercado brasileiro apresentava dificuldades tanto na geração de postos de trabalho quanto na absorção da força de trabalho presente nesse mercado. Nas décadas de 60 e 70, ocorreu um crescimento na quantidade de postos de trabalho oferecidos, mas o problema da absorção continuava. Já na década de 90, verifica-se a diminuição na criação de ocupações acompanhada por uma piora do processo de absorção da mão-de-obra.

A reestruturação produtiva atinge também de forma diferenciada os vários tipos de trabalhadores presentes no mercado, fazendo com que sejam incorporados de maneira mais ou menos precária no processo produtivo, chegando ainda a ocorrer, com uma parte da mão-de-obra disponível, uma total exclusão do mercado. Esse cenário traz não somente um aumento de pessoas desempenhando atividades de forma precária, mas também um elevado contingente de pessoas desempregadas sem maiores perspectivas de mudar sua situação. No caso das mulheres, por exemplo, em especial nas indústrias, as tarefas reservadas às mulheres são, via de regra, as consideradas mais leves, mais simples e, inegavelmente, as mais repetitivas e monótonas, que requerem mais paciência e execução mais minuciosa, porque, explícita ou tacitamente, elas são entendidas como mais adequadas às aptidões consideradas inerentes à mão-de-obra feminina, essas tarefas são também consideradas não qualificadas (HOLZMANN, 2000).

As mulheres têm aumentado sua participação no mercado de trabalho, mas recebem salários menores que os pagos aos homens e trabalham em condições mais ruins também. Contudo, é importante ressaltar que na segmentação do mercado de trabalho não apenas o sexo, mas também elementos como cor, raça, nacionalidade, condição legal, cultura e etnia dos trabalhadores influenciam sua inserção mais ou menos precária nos postos de trabalho criados (ocupações que exijam maior ou menor qualificação).

Essa situação mostra que a imbricação de processos culturais e econômicos continua muito presente no processo de diferenciação que é feito sobre os trabalhadores, embora tenham sido implementadas significativas inovações organizacionais e tecnológicas na produção. Essa questão também tem de ser considerada na análise sobre as características da crise do fordismo (modelo de produção que se caracteriza pela radical separação entre concepção e execução do trabalho) e da implementação do toyotismo ou modelo japonês (que na relação capital-trabalho designa um regime fabril em que se estabelece uma cooperação entre capital, gerência e empregados) no Brasil (ANTUNES, 2000).

O trabalhador polivalente apresenta um maior leque de opções de exploração por parte do capitalista, embora em determinados momentos seja vantajoso para o capitalista manter o trabalhador especializado do sistema fordista. A forma

escolhida pelo capital para se reproduzir e acumular dependerá das condições do local em que a empresa funcionará, da dotação dos fatores de produção disponíveis para a realização das atividades e das características da atividade que será desenvolvida.

Pode-se encontrar, na mesma empresa, trabalhadores com contratos de trabalho diferenciados, alguns temporários e outros permanentes, enquanto outros são funcionários de outras firmas que prestam serviços à empresa contratante. Contudo, estão todos trabalhando no mesmo espaço físico, conjuntamente, embora, na maioria das vezes, não possuam os mesmos direitos e enfrentem graus diferenciados de precariedade. Isso dificulta a tomada de ações conjuntas por esses trabalhadores, no sentido de lutar por melhores condições de trabalho. Surge, então, a necessidade de mudanças também por parte dos sindicatos, para acompanhar essas transformações na constituição da classe trabalhadora, pois, segundo Singer (1999), o “sindicato tem de parar de existir apenas para os trabalhadores que têm emprego”, caso contrário, as representações sindicais tendem a perder cada vez mais espaço.

No mercado, verifica-se que alguns postos de trabalho exigem uma série de atributos que envolvem elevado conhecimento técnico, nível educacional alto, capacidade de liderança, criatividade, capacidade de trabalhar em grupo, entre outras qualificações. Enfim, o trabalhador deve estar apto para enfrentar as mais variadas situações e problemas que surgem no dia-a-dia da empresa (MARQUES et al, 1999). Entretanto, pode-se notar também que a maioria da mão-de-obra não possui essas qualificações; quando muito, detém apenas algumas delas, o que representa mais um ponto para se analisar na forma de inserção da mão-de-obra no mercado.

Nesse contexto, pode-se notar que, muitas vezes, o tipo de trabalhador que se mostra mais adequado aos interesses das empresas não é o mais qualificado, mas sim o que possui pouca qualificação, e essa situação encontra respaldo de acordo com a estratégia que se apresenta melhor ao capital, para se instalar em determinada região. Daí a recriação de formas antigas de exploração do trabalho, como a escravização de trabalhadores, por exemplo, mesmo na atual conjuntura de desenvolvimento das forças produtivas. Assim, da mesma forma que o consumo de certos produtos não é acessível a todas as pessoas, determinados postos de trabalho também não o são.

Reinecke (1999) indica algumas dimensões que podem ser utilizadas para analisar a qualidade do emprego, as quais seriam constituídas por renda; benefícios não salariais; regularidade e confiabilidade do trabalho e do salário; *status* contratual; proteção social (pensões, saúde, proteção no caso de desemprego); representação de interesse (através de sindicatos ou outros); jornada de trabalho (duração, ritmo); intensidade do trabalho; risco de acidentes e de doenças ocupacionais; envolvimento em decisões ligadas ao trabalho (autonomia, participação); possibilidades para o desenvolvimento de qualificações profissionais, de habilidades pessoais e da criatividade; e interesse no trabalho.

Acontece também de os trabalhadores terminarem desempenhando mais funções dentro das empresas, em razão das mudanças organizacionais e/ou tecnológicas, e nem sempre receberem uma remuneração compatível com essas novas tarefas trazidas pela necessidade da polivalência. As empresas passam a requerer trabalhadores com maior qualificação, mas procuram sempre diminuir seus custos com a mão-de-obra.

### **Parque industrial pesqueiro no Distrito de Icoaraci**

Estudos elaborados pelo governo estadual, durante a década de 60, ao destacarem os recursos pesqueiros que poderiam ser explorados em escala industrial, mostravam que o estabelecimento da pesca industrial, não da pesca artesanal, era visto como um dos elementos para a viabilização do desenvolvimento do Estado. A pesca industrial se iniciou, efetivamente, no Estado do Pará em 1968.

Empresas multinacionais e empresários do Centro-Sul, atraídos pelos incentivos fiscais concedidos pelo Estado através da SUDEPE e SUDAM (MELLO, 1989), foram os que exploraram inicialmente a pesca industrial na região. Até o momento atual, as principais espécies exploradas pelas indústrias pesqueiras no Pará são a piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*, Valenciennes, 1840) e o camarão-rosa (*Penaeus subtilis* Pérez, Farfante, 1967), sendo esta produção voltada para a exportação para os Estados Unidos e Japão. No caso de Belém, a quase totalidade das indústrias pesqueiras está localizada no Distrito de Icoaraci.

Segundo Penner (1984), o motivo para que o parque industrial pesqueiro fosse instalado no Distrito de Icoaraci está relacionado aos seguintes fatores: a matéria-prima e seu deslocamento para o local de produção, influência do mercado, custo da mão-de-obra, custo com transporte e política governamental. Em relação à matéria-prima, a autora destaca que, devido a sua rápida perecibilidade, as fábricas tendem a se localizar em áreas mais próximas das fontes da matéria-prima e que facilitem o acesso dos barcos às indústrias, pois podem construir seus portos particulares. Como o destino da produção é o mercado internacional, para as empresas é mais fácil se instalarem próximo da região produtora da matéria-prima que do mercado. No que tange à mão-de-obra, em Icoaraci existia uma grande quantidade de trabalhadores disponíveis para o capital a um baixo custo. Por fim, quanto ao custo do transporte do produto para o mercado externo, apesar de ser alto, estava diretamente relacionado à política governamental que, por intermédio dos incentivos fiscais, permitia que as empresas de pesca conseguissem suprir esses custos.

No início de suas atividades, conforme destacado por Loureiro (1992), a pesca industrial estava direcionada exclusivamente para a captura do camarão. Entretanto, quando a frota industrial começou a enfrentar problemas relacionados ao aumento do preço do combustível utilizado nas embarcações durante as viagens de captura, ao pouco conhecimento sobre a localização dos cardumes de camarão e à falta de experiência da mão-de-obra local em realizar atividades de pesca em

alto mar, os empresários tiveram que inserir algumas mudanças em suas estratégias de exploração.

A aceitação de um tipo de peixe – piramutaba – para consumo por parte dos Estados Unidos contribuiu também para a abertura de mais uma área em que os empresários da pesca industrial poderiam atuar. Assim, a partir desse momento, as empresas passaram também a efetuar a pesca seletiva da piramutaba, eventualmente sendo aproveitados alguns peixes de sua fauna acompanhante, como pescada amarela (*Cynoscion acoupa* Lacepède, 1801), dourada (*Brachyplatystoma filamentosum*, Lichtenstein, 1819), gurijuba (*Arius parkeri*, Traill, 1832) e uritinga (*Arius proops*, Cuvier e Valenciennes, 1840) (LOUREIRO, 1992).

### **Trabalhadores do processamento**

Os trabalhadores podem ser diferenciados, inicialmente, segundo os dois grandes grupos de atividade na pesca industrial, que são a captura e o processamento, com diferenciações entre os mesmos, nas condições de trabalho e formas de contratação dos funcionários: trabalhadores formais (que recebem total ou parcialmente os direitos trabalhistas), trabalhadores informais “encostados” e trabalhadores cooperados. Estes dois últimos grupos não recebem direitos trabalhistas, e sua contratação envolve acordos diferenciados com as indústrias processadoras.

É importante ressaltar que os trabalhadores do processamento não se restringem apenas aos do salão; existem pessoas que trabalham no trapiche, descarregando peixes e camarão, as que trabalham na área de recepção, outros na área de expedição. Na pesquisa não foram considerados os trabalhadores que exerciam funções somente de limpeza, de manutenção do maquinário, nem de administração.

Em relação ao processamento, os trabalhadores são, em sua grande maioria, mulheres. As atividades denominadas de apoio, como carregamento da mercadoria processada e estocagem nas câmaras frigoríficas, são realizadas por homens (mas há exceções), pois são consideradas atividades “mais pesadas”. Encontram-se trabalhando no processamento pessoas jovens, adultas e velhas, com pouquíssima experiência ou com muita experiência. Em relação ao sistema de contrato, encontraram-se trabalhadores formais, informais, cooperados (também considerados informais) e “encostados”.

A participação das mulheres na pesca industrial começa quando o recurso chega à área de recepção da empresa processadora. Antes de chegar nessa fase, todas as etapas são desempenhadas por homens. É difícil encontrar funcionárias no trapiche das empresas e quando isso ocorre, são as gerentes do controle de qualidade ou alguma auxiliar do Controle de Qualidade Dinâmico (CQD) da empresa que vai inspecionar a matéria-prima dentro das urnas ou câmaras frigoríficas dos barcos. As atividades de retirada do recurso natural dos barcos e seu transporte para a área de recepção da firma são desempenhadas exclusivamente por homens.

No salão, são desenvolvidas as atividades ligadas diretamente ao processamento dos produtos (retirada de ferrão do peixe, lavagem do peixe, evisceração do peixe, seleção do camarão etc.). Essas atividades são tidas como “mais leves” e, portanto, “tipicamente femininas”. No início da pesca industrial, todas as etapas de processamento eram realizadas somente por homens. Depois, com a introdução de novos equipamentos na linha de processamento, houve a substituição por mulheres, pois estas demonstraram se adaptar melhor às inovações introduzidas e, segundo um empresário, “coragem para usar os novos equipamentos” (especialmente a serra de decapitação de peixe e a máquina de retirada sua pele). Ainda de acordo com os gerentes de indústria entrevistados, as mulheres demonstram ser “mais obedientes e dedicadas ao trabalho, tendo uma produtividade maior que a dos homens”.

*As mulheres são mais carinhosas, é melhor pra se trabalhar (...). Às vezes, alguns homens substituem as mulheres no processamento, nos casos dos peixes de grande porte. Os homens trabalham mais rápido, só que não fazem o trabalho com a mesma perícia (gerente CQD de indústria processadora).*

*É mais disciplinada [a mulher]. Elas são melhor pra se dirigir do que homem. Já homem, têm os preguiçosos no meio, aí já não quer fazer... ‘Falta o fulano, o fulano foi no banheiro e ainda não voltou’, e elas não, elas... quando tem uma fraca, uma fraca no meio, elas mesmo dizem (gerente de produção de indústria processadora).*

Contudo, hoje, já pode ser observada, em algumas empresas, a introdução de homens também nas atividades de processamento. Nota-se a necessidade de uma “polivalência” entre os funcionários do processamento, pois têm que dominar todas as suas etapas do processamento: eles têm de saber lavar, retirar o ferrão, retirar as nadadeiras, retirar o filé, embalar e, também, transportar a mercadoria para as câmaras frigoríficas (isso foi identificado em uma empresa, onde a “polivalência”, ou seja, “todos os funcionários têm que saber fazer tudo”, era muito evidente).

No processamento, a maioria das pessoas desempenha várias funções diferentes em um mesmo dia ou em dias alternados, conforme o andamento da produção. Quando atrasa uma fase, os trabalhadores são deslocados para realizar outras tarefas, para tornar mais rápida uma etapa, ou também de acordo com o tipo de processamento que vai ser realizado no produto, variando, dessa forma, o grau de risco a que estão expostos. Foram poucos os trabalhadores identificados na pesquisa que desempenhavam apenas uma função.

Caso falte algum empregado, tem de haver uma pessoa apta a substituí-lo exigindo a transferência de um trabalhador de um setor para outro. O fato de ser obrigado a desenvolver, às vezes, um trabalho mais perigoso ou insalubre não traz mudanças no piso salarial dos funcionários, ou seja, eles podem ser contratados para desempenhar uma tarefa por uma determinada remuneração e, na realidade, acabarem desenvolvendo outra.

Essa “polivalência” foi observada tanto em firmas com infra-estrutura apresentando problemas quanto em empresas melhor organizadas. Contudo, em outras firmas visitadas, a “rigidez” na realização de tarefas persistia mais fortemente (especialmente nas firmas com melhor infra-estrutura).

Em relação ao piso salarial, não existiam diferenças salariais entre os operários do salão, todos ganhavam o mesmo salário, independente da perícia ou risco envolvidos no desempenho das atividades – o corte do ferrão, a decapitação e a retirada da pele do peixe são consideradas as atividades mais perigosas e a retirada do filé de peixe a que exige maior perícia por parte do funcionário. Tendo em vista a qualificação exigida para estas atividades, um gerente de indústria entrevistado as qualifica como as mais difíceis de serem preenchidas, já que os trabalhadores preferem atividades mais simples e que envolvem menor risco, como por exemplo, lavar o peixe e embalar o produto final.

#### Dados pessoais

Dos trabalhadores do processamento entrevistados, 66,3% foram mulheres e 33,7% homens. Em relação ao estado civil, 41,8% afirmaram ser solteiros; 24,5% eram casados e 33,7% disseram que tinham outra condição civil. Neste último grupo, 62,9% viviam junto ou eram amigados; 29,1% eram separados e 8,0% viúvos. Quando indagados se tinham filhos, 76,1% dos entrevistados disseram ter filhos e 23,9% que não. Em relação ao número de filhos, 55,0% tinham de 1 a 2 filhos; 28,6% entre 3 e 4 filhos; 12,1% entre 5 e 6 filhos e 4,3% mais de 7 filhos.

Dos trabalhadores do processamento (Tabela 1), percebe-se que o maior percentual estava na faixa etária de 30 a 39 anos, sendo seguido de perto por um grupo de trabalhadores na idade de 18 a 29 anos. Isso indica uma renovação dessa mão-de-obra, o que deve ter como uma de suas causas a resistência das empresas em contratar pessoas com maior idade, apesar de sua maior experiência.

Tabela 1 – Número de trabalhadores do processamento, segundo grupos de idade e condição de trabalho, no Distrito de Icoaraci – 2002.

Grupos de idade (anos)	Condição de trabalho				Total	
	carteira assinada		cooperativa		n	%
	n	%	n	%		
18 - 29	32	34,9	31	33,3	63	34,2
30 - 39	40	41,5	25	26,9	65	35,4
40 - 49	11	14,2	26	28,2	37	20,1
50 - 59	8	8,5	9	10,3	17	9,2
> 60	1	0,9	1	1,3	2	1,1
Total	92	100,0	92	100,0	184	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Constata-se, ainda, que a faixa etária de 18 a 29 anos estava concentrada entre os trabalhadores cooperados, o que pode sinalizar que as dificuldades de entrada no mercado de trabalho para essa parcela da mão-de-obra era maior, o que a faz encontrar nesse tipo de ocupação informal uma forma de inserção no mercado de trabalho.

Em relação ao local de nascimento, 52,7% nasceram em Belém; 31,5% no interior do estado do Pará e 15,8% eram provenientes de outros estados brasileiros. Entre os entrevistados nascidos em outros municípios paraenses, 10,3% eram naturais de Abaetetuba; 8,6% de Bragança; 8,6% de Cachoeira do Arari; 6,9% de Colares e 65,6% nasceram em outros municípios do Pará. Entre os naturais de outros estados, 55,2% eram do estado do Maranhão; 20,7% do Piauí; 13,8% do Ceará e 10,3% de outros estados.

### **Inserção no mercado de trabalho**

De acordo com os dados da Tabela 2, os trabalhadores do processamento entraram no mercado de trabalho com uma idade maior, conforme o percentual de 42,4% que se inseriu no mercado na faixa etária entre 16 a 20 anos. Outro fato a ser destacado era a parcela que começava a trabalhar na faixa etária de 10 a 15 anos, representando 32,6%. Constata-se, assim, de um modo geral, que essa mão-de-obra entrou ainda cedo no mercado de trabalho, o que vai certamente ter implicações negativas sobre a continuidade de sua qualificação formal e, conseqüentemente, na qualidade dos postos de trabalho que vão ocupar (baixos salários e condições ruins de trabalho).

Tabela 2 – Numero de trabalhadores do processamento, segundo a idade em que começaram a trabalhar no Distrito de Icoaraci – 2002.

Grupos de idade (anos)	Inicio do trabalho	
	n	%
< 10	11	6,0
10 a 15	60	32,6
16 a 20	78	42,4
> 20	35	19,0
Total	184	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

### **Qualificação da mão-de-obra**

Visualiza-se na Tabela 3 que ambos os grupos, os que estavam trabalhando com carteira assinada e os que estavam no regime de cooperativa, apresentavam baixo nível de escolaridade, com a maior parte possuindo o Ensino Fundamental incompleto. Os trabalhadores com carteira assinada apresentavam, contudo, uma escolaridade maior, provavelmente por exigência das empresas que contratam

legalmente um trabalhador mais qualificado. Em relação aos trabalhadores cooperados, a própria estrutura de constituição da cooperativa aparece como uma opção para os menos qualificados, que ficam em uma situação de informalidade, mas têm a possibilidade de garantir algum rendimento. De uma maneira geral, a escolaridade dos trabalhadores do processamento é muito baixa.

Essa situação termina entrando em contradição com as exigências do mercado em relação à implantação de um programa de controle de qualidade, que precisa de um trabalhador mais competente. Pode-se perguntar, então, onde está a maior qualificação exigida pela reestruturação produtiva?

Tabela 3 – Trabalhadores do processamento, segundo o grau de escolaridade e condição de trabalho no Distrito de Icoaraci – 2002.

Grau de escolaridade	Condição de trabalho					
	carteira		cooperativa		Total	
	n	%	n	%	n	%
Não freqüentou	1	0,9	1	1,3	2	1,0
1º grau incompleto	40	48,1	71	76,9	111	60,3
1º grau completo	6	6,6	9	10,3	15	8,2
2º grau incompleto	24	23,6	5	5,1	29	15,8
2º grau completo	21	20,8	6	6,4	27	14,7
Total	92	100,0	92	100,0	184	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

### Trabalho atual

Muito embora o salário seja baixo, o trabalho realizado pelos trabalhadores no processamento é a principal fonte de renda da família: 62,0% dos entrevistados afirmaram ser chefes de família; 18,5% disseram ser filhos; 15,2% conjugues; 3,8% agregados e 0,5% não responderam. Quando se considera essa informação somente para as mulheres entrevistadas, a situação se repete, com a maior parte delas sendo chefes de família, especialmente entre as cooperadas.

De acordo com a Tabela 4, as trabalhadoras cooperadas tinham um percentual maior como chefe de família do que as trabalhadoras formais, respectivamente 66,7% e 51,4%. A situação já se invertia em relação à posição de conjugue: 28,4% das mulheres que tinham carteira assinada e 16,7% das que eram cooperadas.

Tabela 4 – Trabalhadoras do processamento, segundo a posição na família e condição no trabalho no Distrito de Icoaraci – 2002.

Posição na família	Condição				Total	
	carteira assinada		cooperativa		n	%
	n	%	n	%		
Chefe	47	51,4	62	66,7	109	59,2
Conjuge	26	28,4	15	16,7	41	22,3
Filha	14	14,9	9	10,3	23	12,5
Agregada	5	5,3	6	6,3	11	6,0
Total	92	100,0	92	100,0	184	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Considerando-se a representação do trabalho atual, tem-se que para 46,2% dos entrevistados, a atividade é a principal fonte de renda da família; uma atividade de renda complementar para a família de 25,0% dos trabalhadores; a principal fonte de renda dos trabalhadores, para 25,0% e uma fonte de renda complementar para o trabalhador, com um percentual de 3,6%.

Quando perguntados se outra pessoa da família contribuía para a complementação da renda familiar, 59,2% dos entrevistados disseram que sim e 40,8% que não. Em relação a quem contribuía na renda familiar, o pai dos entrevistados apareceu em primeiro lugar, com um percentual de 47,1%; seguido do marido, com 17,9%; esposa, com 7,6%; filho, com 6,5%; mãe com 4,9% e outras pessoas com 16,0%.

Em relação ao rendimento obtido por mês, 93,5% dos trabalhadores do processamento responderam quanto ganhavam por mês e apenas 6,5% não o fizeram. Um ponto que deve ser destacado é que os trabalhadores do processamento não recebiam adicional de produção, como os trabalhadores da captura.

De acordo com os dados da Tabela 5, observa-se que a maior parcela dos trabalhadores do processamento que tinham carteira assinada recebia mensalmente entre R\$151,00 e R\$200,00 mensais, vindo em seguida, com 31,7%, os que ganhavam entre R\$201,00 e R\$250,00 por mês.

Tabela 5 – Trabalhadores formais, segundo o rendimento recebido por mês no Distrito de Icoaraci – 2002.

Faixa de rendimento (R\$)	Trabalhadores formais	
	n	%
120,00 - 150,00	3	2,9
151,00 - 200,00	58	63,4
201,00 - 250,00	29	31,7
251,00 - 300,00	1	1,0
351,00 - 400,00	1	1,0
Total	92	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Os rendimentos dos trabalhadores cooperados eram menores do que os que tinham carteira assinada. Isso estava relacionado ao fato de os cooperados receberem por dia trabalhado e como, geralmente, não trabalhavam todos os dias úteis do mês, seu rendimento tendia a diminuir. De acordo com a Tabela 6, os maiores percentuais, de 16,2%, cada um, estavam relacionados às faixas de rendimento que compreendiam, respectivamente, R\$ 71,00 a R\$ 80,00 e R\$ 151,00 a R\$ 200,00, seguidas, muito de perto, pelo percentual de 16,1% dos que ganhavam entre R\$ 11,00 e R\$ 50,00. Deve-se, ainda, destacar o percentual que afirmou ganhar apenas entre R\$ 6,00 e R\$ 10,00 mensais.

Tabela 6 – Trabalhadores cooperados, segundo o rendimento recebido por mês no Distrito de Icoaraci – 2002.

Faixa de rendimento (R\$)	Trabalhadores formais	
	n	%
6,00 - 10,00	9	10,3
11,00 - 50,00	15	16,1
51,00 - 60,00	5	5,9
61,00 - 70,00	3	2,9
71,00 - 80,00	15	16,2
81,00 - 90,00	2	1,5
91,00 - 100,00	11	11,8
120,00 - 150,00	8	8,8
151,00 - 200,00	15	16,2
201,00 - 250,00	9	10,3
Total	92	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

### Sindicalização

Em relação à filiação sindical, os trabalhadores do processamento apresentavam um baixo nível de filiação sindical, apenas 21,2% afirmaram ser filiados a um sindicato, no caso o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Pesca de Belém (SINDIPESCA), e 78,8% disseram que não eram filiados. Na Tabela 7 estão representados os trabalhadores não sindicalizados com o motivo alegado para a não sindicalização.

A falta de interesse, ocasionada pelo desconhecimento das funções de um sindicato, aparece como a principal razão para que os trabalhadores formais não sejam sindicalizados (40,0%). Já entre os cooperados é a própria falta de conhecimento da existência de um sindicato que surge como o principal motivo para a não filiação (32,0%). Essa dificuldade de “aproximação” entre o sindicato e os trabalhadores traz danos a estes últimos, uma vez que as empresas estão organizadas em seu sindicato e, no momento de discutirem questões salariais e

sociais, negociam com o SINDIPESCA, e é necessário que o sindicato dos trabalhadores esteja fortalecido para que suas reivindicações sejam aceitas.

Tabela 7 – Trabalhadores não sindicalizados no Distrito de Icoaraci – 2002.

Motivo da não sindicalização	Condição de trabalho				Total	
	carteira assinada		cooperativa			
	n	%	n	%	n	%
Falta de interesse	37	40,0	15	16,0	52	28,3
Pequeno ganho	25	27,1	9	9,3	34	18,5
Falta de vontade	9	10,0	6	6,7	15	8,2
Desconhece a existência do sindicato	4	4,3	30	32,0	34	18,5
Falta de informação sobre o sindicato	3	2,9	17	18,7	20	10,9
Outros	13	14,3	7	8,0	20	10,9
Não respondeu	1	1,4	2	2,6	3	1,6
É "filiado" à cooperativa	0	-	6	6,7	6	3,3
Total	92	100,0	92	100,0	184	100,0

Fonte: pesquisa de campo.

Segundo o presidente do SINDIPESCA, as condições de trabalho estão piorando para os trabalhadores, em razão de as empresas estarem realizando novas formas de contratação de mão-de-obra:

*Agora fizeram outra maneira de prejudicar o trabalhador, uma tal de safra. O trabalhador trabalha dois, três meses e depois eles mandam embora o trabalhador. Podia, pelo menos, contratar o trabalhador por seis meses, sete meses, pra ele sair com mais vantagens, inclusive o seguro desemprego, mas não, fica dois, três mês e manda embora. É por isso que o trabalhador não passa por aqui, só passa por aqui o trabalhador que tiver mais de um ano, que é homologado e tal, com esses eu posso ter um controle, mas os outros... (presidente SINDIPESCA).*

*As trabalhadoras são difíceis, são muito incompreensivas. A gente chega, conversa, fala sobre o sindicato, mostra o nosso trabalho. Coloca as vantagens que elas vão ter de trabalhar com carteira assinada. Tudo é colocado, mas ninguém quer mudar. Eu sei que os trabalhadores são muito prejudicados, são escravizados, as condições de trabalho são péssimas, não tem qualidade de vida, a alimentação é péssima. Só que a categoria precisa ajudar, senão a gente não pode fazer nada*

*Eu falo: 'Vamos associar, gente!', mas associar é que é o problema (presidente SINDIPESCA).*

## CONCLUSÕES

As mudanças no processo produtivo atualmente fazem com que seja necessário repensar como está constituída a classe trabalhadora no momento presente. O mercado de trabalho também sofreu modificações diante das

transformações ocasionadas pela adoção do toyotismo ou de alguns de seus pressupostos, de acordo com as características particulares de cada país ou região.

As empresas processadoras que compõem o parque industrial pesqueiro do Distrito de Icoaraci também têm introduzido mudanças em seu processo produtivo para se manter no mercado, especialmente no mercado internacional. Um das estratégias usadas por essas firmas para diminuir custos tem sido a intensificação da exploração da mão-de-obra empregada nas atividades de processamento de peixe e camarão, o que tem tido impactos negativos nas condições de trabalho desses trabalhadores.

Em relação aos trabalhadores do processamento, tanto os que possuíam carteira assinada quanto os cooperados, foi identificado que a maior parte deles é formada por mulheres, com uma concentração na faixa etária de 18 a 39 anos. A grande maioria começou a trabalhar muito cedo, com idade entre 16 a 20 anos, o que teve influência em sua qualificação formal, em que predominam os trabalhadores com Ensino Fundamental incompleto, e nas baixas remunerações recebidas. A dificuldade para mudar essa situação é agravada ainda pelo fato de esses trabalhadores não conseguirem estabelecer uma representação sindical forte, esboçada na baixa filiação sindical. Essa situação tende a reforçar a piora das condições de trabalho desse segmento de mão de obra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

CASTRO, E. M. R. Industrialização truncada: globalização, pós-fordismo e degradação sócio-ambiental na Amazônia. In: 48<sup>th</sup> International Congress of Americanists (ICA). **Anais ...** Stockholm: Institute of Latin American Studies, p. 135-154, 1994.

DEDECCA, C. S. Reorganização das relações de trabalho no Brasil: a flexibilidade é a única alternativa? In: CARVALHO NETO, A. M.; CARVALHO, R. A. A. (orgs.). **Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90**. Belo Horizonte: IRT, p. 151-180, 1998.

FONSECA, J. S. **Curso de estatística**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOLZMANN, L. Notas sobre as condições da mão-de-obra feminina frente às inovações tecnológicas. In: **Sociologias**, a. 02, nº 04, jul/dez, Porto Alegre, p. 258-273, 2000.

LOUREIRO, V. R. Modernização e conflito na pesca do Pará (Amazônia). In: CUNHA, J. C. (org.). **Ecologia, desenvolvimento e cooperação na Amazônia**. Belém: UNAMAZ/UFPA, p.193-219 (Série Cooperação Amazônica, v.11), 1992.

MARQUES, R. M. *et al.* Recursos humanos e inovação na indústria paulista. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, nº 1-2, jan/jun, São Paulo, p.87-92, 1999.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política** – livro I, v. 01. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MELLO, A. F. Contribuições para uma teoria dos conflitos pesqueiros no Brasil: partindo do caso amazônico. In: III Encontro das Ciências Sociais e o Mar - pesca artesanal: tradição e modernidade. **Anais ...** São Paulo: IOUSP/F. FORD/UICN, p. 63-75, 1989.

PENNER, M. E. S. **A dialética da atividade pesqueira no nordeste amazônico**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1984.

REINECKE, G. Qualidade de emprego e emprego atípico no Brasil. In: POSTHUMA, A. C. (org.). **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade**. Brasília: OIT e MTe; São Paulo: Ed.34, p. 119-147, 1999.

SENA, A. L.S. **Trabalho e trabalhadores da pesca industrial no Pará face à metamorfose do capital**. Belém, 2003. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2003.

SINGER, P. A crise das relações de trabalho. In: NABUCO, M. R.; CARVALHO NETO, A. (orgs.). **Relações de trabalho contemporâneas**. Belo Horizonte: IRT/PUC-Minas Gerais, p. 31-45, 1999.